

RELATÓRIO FINAL DA 10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAGUATATUBA/SP

TEMA: “Saúde, Democracia, Soberania e SUS: Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil”.

A 10ª Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo Decreto Municipal nº 2.511 de 27 de Abril de 2026 foi realizada no Polo Cultural Jac Costa, no Município de Caraguatatuba/SP, nos dias 26 e 27 de junho de 2026, tendo como tema central “Saúde, Democracia, Soberania e SUS: Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil” e como eixos: 1) Democracia, saúde como direito e soberania nacional; 2) Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social; 3) Os desafios para o SUS na agenda nacional da defesa da vida e da saúde: emergências climáticas e justiça socioambiental e 4) Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidado integral.

Foram realizadas 09 Pré-Conferências, no período de 25/05/2026 a 18/06/2026, contemplando toda a região do município. Mais de 190 pessoas participaram, debateram, sugeriram e elaboraram um total de 160 propostas. Após o trabalho de consolidação do grupo de relatores, resultaram 119 propostas, para análise e votação durante a 10ª Conferência Municipal de Saúde.

No dia 26/06/2026 o credenciamento se iniciou às 18h00. Às 19h ocorreu a Abertura Oficial com a presença de Delegados eleitos nas Pré-Conferências, Membros dos Conselhos Gestores de Unidades (CGU's), do Conselho Municipal de Saúde (COMUS), convidados e demais autoridades locais. O dispositivo de honra foi composto, dando-se fala às autoridades: a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Cilmara Oliveira dos Santos, Sr. Ricardo Chaves, Secretário Executivo do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo e Palestrante, Sra. Derci Andolfo, Secretária adjunta de Saúde e Sr. Sergio Arnaldo Braz, Vice-prefeito e Secretário Municipal de Saúde. Iniciou-se com a leitura e aprovação do Regimento da 10ª Conferência Municipal de Saúde, em seguida, o Sr. Ricardo Chaves de Carvalho proferiu palestra com o tema “Saúde, Democracia, Soberania e SUS: Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil” e a Mestra Doutora Márcia Paiva de Medeiros, ministrou a palestra com o tema “Terceiro Setor e Emendas Parlamentares”; findada as exposições, foram encerrados os trabalhos.

No dia 27/06/2026, iniciou-se às 7h30 o credenciamento, em seguida ocorreram as apresentações norteadoras de cada eixo: Eixo 1 – Democracia, saúde como direito e soberania nacional - Dr. Guilherme Stoberl Essig; Eixo 2 – Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social – Sr. Antonio Claudio Galvão; Eixo 3 – Os desafios para o SUS na agenda nacional da defesa da vida e da saúde, emergências climáticas e justiça socioambiental – Sr. Ricardo Fernandes de Souza; Eixo 4 – Modelo de Atenção e Gestão, territórios integrados e cuidado integral – Sra. Derci de Fátima Andolfo. Seguindo a programação, foi realizada a discussão em grupo sendo formados 04 grupos com os delegados, que debateram o Relatório Consolidado das Pré-Conferências, sendo que cada grupo analisou em média, 30 propostas. Cada grupo teve dois mediadores, um relator e elegeu um coordenador, responsável pela explanação e defesa, na Plenária, das propostas aprovadas no grupo. De acordo com o Regimento, não foram acatadas propostas novas no dia.

Dos delegados eleitos nas pré-conferências, 72 participaram ativamente das deliberações e exerceram seu direito de voto, respeitando-se a composição paritária prevista - 50% de representantes dos usuários, 25% de profissionais da saúde e 25% de representantes da gestão e dos prestadores de serviços. Das 119 propostas encaminhadas para debate e votação pelos Grupos de Trabalho, foram aprovadas 105 para votação em Plenária. A plenária foi mediada pelo relator Sr. Adriano Fernandes Gazalli com apoio da comissão organizadora da 10ª Conferência Municipal de Saúde e as propostas apresentadas pelo coordenador de cada Grupo de Trabalho dos eixos temáticos. Foi deliberado pela Plenária que as propostas seriam analisadas conforme a divisão dos Grupos de Trabalho e que seriam votadas uma a uma. Todas as propostas foram abertas para destaques, garantindo-se defesa, contraponto e réplica antes da votação. Ao final, foram aprovadas 106 propostas, que estão relacionadas na planilha anexa, para serem incluídas no Plano Municipal de Saúde no período de 2026 a 2029 e 08 diretrizes elaboradas para serem encaminhadas às esferas estadual e federal, sendo 04 aprovadas para a etapa regional.

Foi proposta uma moção em plenária, a qual foi aprovada e consta em anexo a esse relatório. Houve também propostas de moções aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde de Caraguatatuba, no entanto, devido a falta de tempo hábil para análise do texto das moções por eixo, as mesmas foram retiradas da presente conferência, a pedido da presidente deste Conselho Municipal de Saúde, Sra. Cilmara Oliveira dos Santos.

A Plenária também elegeu, mediante votação nominal, os oito Delegados titulares representantes do Município na Etapa Regional da 10ª Conferência Estadual de Saúde, observada a paridade entre os segmentos, com o seguinte resultado:

Delegados eleitos – Segmento: <u>Usuários</u>		
NOME	VOTOS	TITULARIDADE
Cilmara Oliveira dos Santos	07	TITULAR
Adelson Marcelo Leite	05	TITULAR
Ariane Proença Souza	04	TITULAR
Maria Cecília Arena Lopes Barto	04	TITULAR
Leonardo Santos Gomes	02	SUPLENTE
Luiz Carlos Gonçalves	01	SUPLENTE
Lucia Helena Fernandez	01	SUPLENTE
Tiffany Felix Guimarães	01	SUPLENTE

Delegados eleitos – Segmento: <u>Trabalhadores de Saúde</u>		
NOME	VOTOS	TITULARIDADE
Gilda Maria Cortez	10	TITULAR
Alexandra Maria Fonseca	10	TITULAR
Angelita Leda Costa dos Santos	03	SUPLENTE
Bruna dos Santos Machado	01	SUPLENTE

Delegados indicados – Segmento: <u>Poder Público</u>	
NOME	TITULARIDADE
Paulo Malta de Carvalho Filho	TITULAR
Ceci Oliveira Penteado	TITULAR

Sergio Arnaldo Braz
Secretario Municipal de Saúde

Cilmara Oliveira dos Santos
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ANEXO: DIRETRIZES ELABORADAS NA 10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	TEXTO DA DIRETRIZ	VOTOS
EIXO I - Democracia, saúde como direito e soberania nacional		
1	Fortalecer a participação social, o controle social e a transparência no SUS, ampliando a divulgação dos direitos e deveres dos usuários, incentivando a participação popular nas Conferências e Conselhos de Saúde, qualificando a comunicação institucional e garantindo maior transparência no acesso às informações e aos serviços da rede pública de saúde.	16
2	Fortalecer a gestão pública do SUS e a qualificação permanente dos serviços de saúde, mediante valorização das equipes, ampliação da educação continuada, fortalecimento da Vigilância em Saúde incentivo às parcerias institucionais e garantia de planejamento participativo, financiamento adequado e autonomia administrativa dos serviços públicos de saúde.	11
3	Promover a integração intersetorial e territorial das políticas públicas de saúde, assistência social e educação, fortalecendo ações de promoção, prevenção e cuidado integral, com atenção especial à população idosa, às pessoas em situação de vulnerabilidade social e à ampliação de serviços comunitários voltados à qualidade de vida e ao bem-estar da população.	10
EIXO II - Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social		
1	Promover a ampliação e qualificação da rede de atenção à saúde, a valorização dos trabalhadores, com o plano de cargos, carreiras e salários, a modernização da gestão e a garantia de financiamento adequado, assegurando acesso integral, humanizado com equidade e resolutivo aos serviços de saúde para toda a população.	APROVADO PELA MAIORIA
EIXO III - Os desafios para o SUS diante das emergências climáticas e da justiça socioambiental		
1	Fortalecer a promoção da saúde e a qualidade de vida da população e da saúde ocupacional dos trabalhadores por meio de ações intersetoriais de prevenção, educação em saúde, sustentabilidade, inovação tecnológica, eficiência na gestão dos serviços públicos, preservação ambiental e preparação do município para o enfrentamento de emergências climáticas, sanitárias e ambientais, ampliando a articulação comunitária e institucional.	APROVADO PELA MAIORIA
EIXO IV - Modelo de atenção, gestão, territórios integrados e cuidado integral		
1	Fortalecer a Atenção Primária à Saúde como ordenadora do cuidado, ampliando o acesso, a resolutividade e a integração dos serviços de saúde, e intersecretarias, por meio da expansão das equipes multiprofissionais, qualificação dos fluxos assistenciais, informatização dos sistemas de atendimento e implantação de telemedicina e telessaúde, bem como o aperfeiçoamento/desenvolvimento dos grupos de Promoção à Saúde.	23
2	Ampliar e descentralizar os serviços especializados, com oferta de telemedicina, e de atenção integral à população, com fortalecimento da saúde da mulher, saúde do idoso, saúde mental, saúde da pessoa com deficiência, saúde da população trans, assistência farmacêutica, planejamento familiar e acesso ágil a exames, consultas, cirurgias e reabilitação pós-cirúrgica.	17
3	Garantir a qualificação permanente e a ampliação dos recursos humanos do SUS, com capacitação técnica e acadêmica dos profissionais, fortalecimento das equipes de saúde, acolhimento humanizado, integração entre os serviços e valorização das ações de promoção, prevenção, reabilitação e cuidado integral à população.	7
4	Explorar novas tecnologias para otimização e gerenciamentos dos fluxos, ofertando agendamento de consultas de modo híbrido, facilitando o acesso aos usuários de modo a reduzir o absenteísmo e reposição das vagas.	0 VOTOS (REPROVADO)

ANEXO: PROPOSTAS APROVADAS NA 10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	TEXTO DA PROPOSTA	EIXO
EIXO I - Democracia, saúde como direito e soberania nacional		
1	Fortalecer os serviços de saúde com parcerias intersetoriais através de ações focadas no território;	I
2	Garantir maior transparência no acesso do usuário para acompanhamento das filas de agendamento de consultas e exames;	I
3	Construção de um CIASE na região norte voltado à promoção da saúde e à prevenção de doenças por meio de atividades físicas, acompanhamento adequado e estímulo à melhoria da qualidade de vida da população.	I
4	Ampliar a quantidade de vagas em Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, considerando os casos em que o usuário necessita de acompanhamento contínuo e não possui suporte familiar ou social adequado.	I
5	Fomentar parcerias com instituições de ensino em saúde, nas áreas de psicologia, enfermagem, fisioterapia e atendimento clínico	I
6	Garantir a discussão das propostas da conferência municipal de saúde com maior frequência, a cada dois anos, para promover a participação e conscientização popular;	I
7	Valorização da atuação da Vigilância Sanitária como instrumento estratégico de proteção da saúde pública, contribuindo para a prevenção de riscos sanitários e para a segurança da população.	I
8	Fortalecer e ampliar a educação permanente e o Programa Saúde na Escola;	I
9	Melhorar o cadastro dos usuários (censo em saúde).	I
10	Criar Conselho Gestor também na esfera estadual.	I
11	Promover a integração intersetorial nas conferências;	I
12	Garantir autonomia dos serviços públicos de saúde, sem interferência política no atendimento.	I
13	Em cada Conferência de Saúde, apresentar as propostas aprovadas nas conferências anteriores, com indicadores das ações efetivamente realizadas.	I
14	Divulgar e conscientizar a população para estimular a participação nas Conferências Municipais de Saúde.	I
15	Melhorar o acolhimento da população em situação de vulnerabilidade social, inclusive por meio da implantação de serviço itinerante, como o Consultório na Rua.	I
16	Ampliar ações educativas para conscientização da população acerca da responsabilidade no uso dos serviços públicos e do comparecimento às consultas, com o objetivo de reduzir o absenteísmo.	I
17	Implementar ações educativas e de comunicação voltadas à população sobre os direitos e deveres dos usuários do SUS, especialmente em ambientes escolares, nas associações de bairro e demais entidades representativas afim de orientar sobre os fluxos corretos da rede, explicando quando se deve procurar a Unidade Básica de Saúde, a Unidade de Pronto Atendimento e os demais serviços disponíveis, por meio de vídeos, panfletos, jornais e outros materiais informativos.	I
18	Implementar educação continuada para as recepcionistas das Unidades Básicas de Saúde, porta de entrada dos serviços de saúde, com o objetivo de aprimorar o acolhimento e orientação aos usuários.	I
19	Ampliar oferta de espaços de atendimento especializado para idosos de modo a descentralizar a oferta do Centro-Dia.	I
20	Realizar reuniões periódicas entre os Conselhos Municipais (Saúde e Idoso) para fortalecimento das políticas públicas voltadas à população idosa;	I
21	Implementar programa de educação na saúde.	I
EIXO II - Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social		
1	Garantir que as emendas parlamentares contemplem as ações previstas nos Planos Municipais de Saúde, respeitando suas especificidades. E possibilitar maior autonomia ao município na definição da aplicação dos recursos provenientes de emendas parlamentares.	II
2	Ampliar serviços de Terapias no CAPS Infantil.	II
3	Manter e priorizar a proposta para construção de uma unidade no bairro Jardim Gaivotas, conforme aprovado em outras conferências municipais de saúde, levando-se em consideração o público alvo da área adscrita.	II
4	Construir UBS ao lado da praia, para atendimento dos bairros adjacentes (Aruan, Indaia, Praia das palmeiras e Praia do Porto Novo).	II
5	Instituir de incentivo à qualificação profissional dos servidores da saúde, mediante conclusão de cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), bem como concessão de adicional de qualificação para cursos de pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado diretamente relacionados à saúde;	II
6	Construção de novo prédio para a UBS Massaguaçu, com renovação dos equipamentos que compõem a unidade, visando melhorar a estrutura física, a capacidade de atendimento e a qualidade dos serviços prestados.	II
7	Construção de uma UPA para atender a região do Massaguaçu, considerando a demanda local e a necessidade de ampliar o acesso aos serviços de urgência e emergência.	II
8	Construção de uma unidade CAPS para atendimento da população da região do norte fortalecendo a assistência em saúde mental e aproximando o serviço dos usuários.	II
9	Propor a criação do Plano de Cargos do SUS municipal, Carreiras e Salários dos trabalhadores da Saúde Municipal, contemplando ações de valorização profissional e incentivo ao desenvolvimento e aprimoramento da carreira dos servidores, mediante regulamentação em lei municipal específica.	II
10	Ampliar a informatização, vinculando as unidades (básicas, especializadas, urgência e hospitalar), visando verificar o cruzamento de informações sobre atendimentos.	II
11	Garantir equipamentos tecnológicos (Computador, tablets, internet e impressora), para todas as unidades.	II
12	Garantir o uso de sistema informatizado disponibilizado pela "União e Estado", (Exemplo: Prontuário Eletrônico do Cidadão - PEC), afim de garantir que as informações e banco de dados dos pacientes não se percam.	II
13	Garantir que maior parte do Orçamento do SUS seja aplicado na Atenção Primária à Saúde.	II
14	Implantação de Hemocentro na Região do Litoral Norte, junto ao HRLN.	II
15	Garantir que a prestação de contas seja de forma integrada entre plataforma de dados abertos, padronização contábil e participação popular ativa.	II
16	Credenciar clínicas para a realização de exames a fim de não sobrecarregar o sistema.	II
17	Garantir o financiamento estadual e federal nos déficits orçamentários do município.	II
18	Garantir medicamentos com histórico de uso contínuo pelos pacientes.	II
19	Garantir a estrutura física das UBS's.	II
20	Aumentar a frota de veículos para atender a população.	II
21	Disponibilizar equipamentos, veículos, sistemas informatizados, uniformes e equipamentos de proteção individual adequados ao desenvolvimento das atividades de fiscalização e inspeção sanitária.	II
22	Garantir orçamento para modernizar dos processos de trabalho, com incentivo à utilização de ferramentas tecnológicas que promovam maior eficiência, rastreabilidade e transparência das ações sanitárias.	II
23	Construir uma nova Unidade Básica de Saúde (UBS) na região sul.	II
24	Adequar a oferta de vagas em serviços estaduais conforme a demanda municipal.	II
25	Realizar revisão salarial do cargo de médico especialista.	II
26	Instituir o piso salarial do profissional médico com repasse financeiro federal ao município.	II
27	Incluir exames laboratoriais que atualmente não são realizados pelo município e atualizar os valores pagos pelos procedimentos na Tabela SUS.	II
28	Atualizar os valores das consultas especializadas na Tabela SUS (Tabela Paulista).	II
29	Ampliar a interlocução com as demais esferas governamentais, buscando investimentos estaduais e federais, inclusive por meio de emendas parlamentares destinadas à saúde municipal.	II
30	Garantir a disponibilidade de medicamento de alto custo.	II
EIXO III - Os desafios para o SUS diante das emergências climáticas e da justiça socioambiental		
1	Capacitar as forças de segurança (Polícia Militar, Guarda Municipal, Polícia Civil), sobre fluxo de atendimento da população em casos de crises climáticas.	III
2	Promover ações de educação em saúde sobre os cuidados nas diferentes estações do ano.	III

3	Capacitar as equipes de saúde para atendimento às consequências advindas pelas emergências climáticas.	III
4	Implantar o plano de contingência municipal para diagnóstico precoce de emergências sanitárias e eventos extremos.	III
5	Garantir maior articulação dos serviços comunitários para informar a população no cuidado e prevenção às arboviroses.	III
6	Fortalecer políticas públicas de fiscalização das ocupações irregulares.	III
7	Desenvolver campanhas intersetoriais sobre mudanças climáticas e saúde.	III
8	Implantar farmácia viva, Práticas Integrativas Complementares no SUS (PICS) e hortas integrativas nas unidades de saúde.	III
9	Elaborar planejamento de contingência para enfrentamento de crises climáticas, envolvendo de forma intersetorial os setores da saúde, assistência social e rede de saúde mental.	III
10	Produzir e divulgar vídeos informativos nos equipamentos públicos para educação da população sobre crises climáticas e seus impactos na saúde.	III
11	Desenvolver ações de conscientização junto à Secretaria de Educação para orientação e educação permanente sobre as crises climáticas e seus impactos na saúde.	III
12	Encaminhamento de solicitação à SESEP para ampliação da coleta de materiais recicláveis, inclusive em condomínios, evitando o descarte irregular de resíduos recicláveis nas vias públicas e contribuindo para a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município.	III
13	Encaminhamento de solicitação para melhoria e ampliação do sistema de drenagem pluvial, considerando os impactos das chuvas, alagamentos e demais eventos climáticos na saúde pública e na qualidade de vida da população.	III
14	Fortalecimento das ações de prevenção em saúde junto à população, incentivando práticas que reduzam o adoecimento e a necessidade de tratamentos medicamentosos ou de maior complexidade, com foco em qualidade de vida, atividade física, saúde mental e hábitos saudáveis.	III
15	Avaliar a utilização de ferramentas de inteligência artificial como apoio ao atendimento e à gestão, observando critérios técnicos, éticos e legais.	III
16	Criar uma cartilha municipal sobre saúde e mudanças climáticas, adaptada à realidade regional de Caraguatatuba, com orientações à população sobre riscos sanitários decorrentes desses eventos.	III
17	Reestruturar, construir ou adequar os prédios municipais adotando soluções inteligentes, sustentáveis com energia limpa, com o objetivo de reduzir custos sem comprometer a qualidade e efetividade do atendimento.	III
EIXO IV - Modelo de atenção, gestão, territórios integrados e cuidado integral		
1	Ampliar oferta de Centro de Referência à Mulher nas três regiões do município.	IV
2	Fortalecer a Atenção Primária à Saúde como ordenadora dos serviços de saúde, com recursos humanos e financeiros.	IV
3	Ampliar as equipes de Estratégia de Saúde da Família, com o critério de até 3500 pessoas por equipe.	IV
4	Garantir médicos generalistas com residência em saúde comunitária na Estratégia de Saúde da Família.	IV
5	Disponibilizar exames com laudo diagnóstico de forma ágil para os pacientes; (exemplo: mamografias e exames de imagens).	IV
6	Contratação/ampliação do número de Agentes Comunitários de Saúde para compor as novas equipes e as equipes descobertas.	IV
7	Ampliar oferta de serviços realizados no Centro de Referência e Saúde da Mulher, para atendimento ao público em sua integralidade (exames, consultas e cirurgias).	IV
8	Implantar serviços de telemedicina nas Unidades Básicas de Saúde, inclusive para atendimento em saúde mental, como forma de ampliar o acesso e reduzir barreiras de deslocamento.	IV
9	Ampliar o horário de atendimento das Unidades Básicas de Saúde, buscando garantir maior acesso da população e diminuir a procura pela UPA em situações que podem ser resolvidas na Atenção Básica.	IV
10	Capacitar os profissionais para acolhimento na priorização com base nas patologias, principalmente em relação aos pacientes com necessidades especiais.	IV
11	Realizar campanhas de conscientização da população para reduzir o absenteísmo.	IV
12	Aprimorar sistema de referência e contra referência entre as unidade da atenção primária e Unidades de Pronto Atendimento.	IV
13	Criação de um programa para apoio e orientação à cuidadores e familiares, para capacitação sobre os cuidados a pessoa com deficiência e outras patologias.	IV
14	Capacitação acadêmica regular aos trabalhadores do SUS através de cursos de especialização, mestrado e doutorado.	IV
15	Garantir quantidade de recursos humanos no serviço de saúde (UBS, PSF,...), proporcionalmente ao crescimento populacional.	IV
16	Implantação do serviço de tele saúde na Estratégia de Saúde da Família (ESF).	IV
17	Explorar novas tecnologias para otimização no gerenciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) municipal.	IV
18	Implantar a política de acolhimento e escuta qualificada e classificação de risco na Atenção Primária com vista à resolução dos problemas de saúde do usuário SUS.	IV
19	Equipar o quantitativo de médicos especialistas ao crescimento populacional.	IV
20	Ofertar agendamento de consultas de modo híbrido a fim de facilitar o acesso aos usuários.	IV
21	Garantia de capacitação permanente e atualização técnica dos profissionais da Vigilância Sanitária, por meio da oferta e incentivo à participação em cursos, treinamentos e eventos relacionados às suas áreas de atuação.	IV
22	Fortalecer das equipes técnicas mediante planejamento adequado de recursos humanos e reposição de profissionais quando necessário.	IV
23	Resgatar a alta programada, principalmente para a população idosa.	IV
24	Integrar o sistema de dispensação de medicamentos entre os serviços de saúde.	IV
25	Integrar o farmacêutico às equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), incluindo participação em visitas domiciliares e reuniões de equipe.	IV
26	Implantar o atendimento clínico farmacêutico.	IV
27	Resgatar os grupos de promoção da saúde.	IV
28	Informatizar o sistema de saúde, integrando os serviços da Atenção Básica e das especialidades.	IV
29	Informatizar os serviços de saúde, especialmente os processos de dispensação de medicamentos.	IV
30	Garantir a implementação da Política Nacional de Cuidados, principalmente com ações voltadas à saúde mental dos cuidadores.	IV
31	Garantir o funcionamento do ambulatório de hormonização para pessoas trans do município. Capacitar os profissionais de saúde para o atendimento de pessoas trans no município.	IV
32	Aumento da quantidade de exames disponíveis nas UBSs, a fim de desafogar as demandas da unidade e ampliar a resolutividade do atendimento prestado à população da região.	IV
33	Implantação de projeto de academia ao ar livre com acompanhamento profissional, mediante cronograma de atividades orientadas, incentivando a prática de exercícios físicos de forma segura e preventiva.	IV
34	Fortalecer a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde, especialmente no contato direto com usuários que apresentem dificuldades, como pessoas em pós-cirúrgico, idosos, analfabetos ou usuários com baixa compreensão das orientações, garantindo explicações verbais, claras e inequívocas.	IV
35	Ampliar o acesso à reabilitação pós-cirúrgica, assegurando o acompanhamento necessário aos usuários que dependem desse serviço após procedimentos de saúde.	IV
36	Criar um Ambulatório de Saúde do Idoso, diante do crescimento da população idosa no Brasil e em Caraguatatuba, garantindo atendimento específico e adequado às necessidades dessa faixa etária.	IV
37	Melhorar os fluxos de atendimento entre UBS e UPA, reforçando a Atenção Básica como porta de entrada preferencial do SUS e reduzindo a sobrecarga dos serviços de urgência e emergência.	IV
38	Garantir a oferta do serviço Planejamento Familiar no município, com a realização de Laqueadura.	IV

Movias de Repúdio

✓ Nota de Apoio à Implementação e ampliação das Políticas Públicas de Acesso à Cannabis Medicinal no âmbito do SUS.

Reafirmando os princípios constitucionais do direito à saúde, da dignidade humana e da integralidade da assistência, Apoio à implementação, ampliação e fortalecimento de políticas públicas que garantam o acesso seguro, legal e equitativo à Cannabis medicinal.

Considerando as evidências científicas que demonstram a eficácia dos derivados da cannabis nos tratamentos de diversas condições como epilepsia, TEA, câncer, lupus, fibromialgia e outras patologias.

Considerando o acesso limitado pelo alto custo, desigualdade socioeconômica e insuficiência de políticas públicas voltadas ao tema;

Considerando o SUS, e seu princípio a universalidade, integralidade e equidade.

* Ampliação do acesso gratuito à medicamentos, a base de cannabis com a duvida prescrição médica.

* Capacitação permanente sobre o uso de medicamentos

* incentivo à pesquisa e a produção nacional de medicamentos de qualidade.

* Fortalecimento das associações

* Fortalecimento das políticas públicas

que assegurem o direito dos pacientes ao tratamento prescrito sem estigma, preconceito, retaliação, discriminação ou demissão.

A saúde é um direito de todos e dever do Estado.

Garantir o acesso à Cannabis medicinal é promover dignidade, equidade e qualidade de vida das pessoas que dela necessitam.

Signatária:

RG35617746-4

Juana de Pádua Souza

37894537810

1 Claudic Regina Iramor Balozzi 300304738-88

2 Tamar de Costa e Silva 299.821.558-06

3 Baldelice B de Rocha 190-560-688-57

4 Leonardo Santos Gomes 939571978-30

5 Adelson Marcelo Leite RG: 27648093-4

6 Cilmara Oliveira dos Santos RG 269204817

7 Antonio Claudio Galva 20607630-1

8 Jéris de Fátima Azevedo 024790128

9 Edineia Flozquez

10 Renato Santos Souza

11 GILDA MARIA CORTEZ

12 Alexandre Marc Ferreira do Nascimento

13 Guilherme G. Fernandes 028480484-71

14 Arthur Gomes da Silva

15 Thelma Silva Guimarães 172.952.478-82

Cilmara O.S.

flm

37888904892

073.597.458-61

149463648-71

1. Juana J.C. Oliveira

490 0453 768-50 Juan.

2. Claudiceia. Paes de Santo

286.540.318/16

Dei.

3. Sergio Luiz Gonzales Junior

352.612838-65

Prof. S. C. Junior

4. Selma A.N.L. Kunzeviqes

301.504.418-00

Alil

5. Lúcia de Castro Leão

322.009.37873

6. Danielle R. Ribeiro

04643732796

Doi

7. Angelina Leda Costa dos Santos

27214866838

Dei.

8. Marco Antonio de Rêgo

CPF 088962788-40

9. Maria Lúcia A.L. Patta

CPF 02728847827

10. Rose Mary Teles Azevedo

CPF 033.392.788-59

11. Juliano

Gonzalez

Camará

CPF 218175898-06

Dei

12. Rodolfo Graziano Fittini

RG 2864603-4

Dei

13. Alisson Alex de Brito Jacina

RG 4834924-2

Dei

14. Denny Barbosa

RG 36089640-6

15. Deivis Allan Bannêb Toron

RG 33.532.575-0

16. Neuferte Fabulo B. de Castro

27402927830

17. Sonia R.G. Quirino

028.315.558-25